



Observações

Boletim Epidemiológico

editorial

Observar as Doenças Não Transmissíveis

Há muito que as doenças não transmissíveis (DNT) têm vindo a assumir preponderância como problema de saúde em Portugal. Já no início do séc. XX a frequência crescente de cancro motivava um importante relatório pela comissão dirigida por Azevedo Neves que fundamentou a criação dos Institutos de Oncologia. Ainda nas primeiras décadas do século passado se estruturou a Assistência aos Diabéticos tendo Ernesto Roma como a figura principal. Nos anos 40, João Porto desdobrou-se em esforços para criar um Instituto para cardíacos no âmbito da cardiologia social.

De então para cá as DNT aumentaram incessantemente como resultado dos novos estilos de vida, da evolução demográfica e, indiretamente, pelo controlo das doenças transmissíveis. A este desafio têm o Ministério da Saúde e diversas instituições procurado responder implementando programas de intervenção, desenvolvendo serviços direccionados e até promovendo legislação com impacte preventivo.

Recentemente, as DNT tornaram-se um problema político a nível global. Reconheceu-se que atingiam significativamente os países em desenvolvimento, e não só os desenvolvidos, com os consequentes ónus para os indivíduos, para os sistemas de saúde e para a sociedade em geral. Assim, em 2011 foi aprovada uma resolução na Assembleia Geral das Nações Unidas, cometendo à OMS o desenvolvimento de uma estratégia mundial, hoje já em vigor.

Neste contexto alargado, e considerando ainda a própria estratégia europeia sobre as DNT, já então existente, acentuou-se a necessidade de uma concertação sobre os indicadores de saúde mais apropriados ao diagnóstico de situação, monitorização e avaliação das DNT, a todos os níveis.

Assim sendo, pode dizer-se que este número do "Observações" tem uma grande oportunidade: alerta para um problema premente à escala nacional mas, que o é também, a nível da Europa e do Mundo. Entre outras questões cabe perguntar se estamos ou quando viremos a estar apetrechados com os indicadores relevantes e a informação necessária para melhor orientarmos as intervenções (leia-se, os próprios programas nacionais) e não temermos o confronto internacional que a partir de agora será cada vez mais patente.

Acrescentaríamos, ainda, que "observar saúde" se não deve restringir aos indicadores de morbilidade e mortalidade habituais. Novos desafios se colocam com a necessidade, imperiosa em Portugal, da medição rigorosa e monitorização sustentada de fatores de risco (consumo de sal, tabaco e álcool, por ex.), fatores protetores (atividade física e alimentação saudável).

A caracterização e análise das distribuições daqueles fatores deverá ser feita tendo em consideração e explicitando os seus determinantes sociais, de modo a identificar as desigualdades inaceitáveis, e permitir a advocacia da sua mitigação.

Creio serem estes alguns dos grandes desafios que temos pela frente, carecendo do envolvimento de toda a sociedade e todas as políticas.

Bibliografia:

World Health Organization. 2008-2013 action plan for the global strategy for the prevention and control of noncommunicable diseases: prevent and control cardiovascular diseases, cancers, chronic respiratory diseases and diabetes [Em linha]. Geneva: WHO, 2008. [consult. 13-11-2013]. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789241597418_eng.pdf

World Health Organization. Global status report on noncommunicable diseases 2010 [Em linha]. Geneva: WHO, 2010. [consult. 13-11-2013]. Disponível em: http://whqlibdoc.who.int/publications/2011/9789240686458_eng.pdf

World Health Organization. Noncommunicable diseases country profiles 2011 [Em linha]. Geneva: WHO, 2011. [consult. 13-11-2013]. Disponível em: http://www.who.int/nmh/publications/ncd_profiles_report.pdf

José Pereira Miguel
(Presidente do INSA, I.P. e Professor de Medicina Preventiva e Saúde Pública
da Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa)



Instituto Nacional de Saúde
Doutor Ricardo Jorge